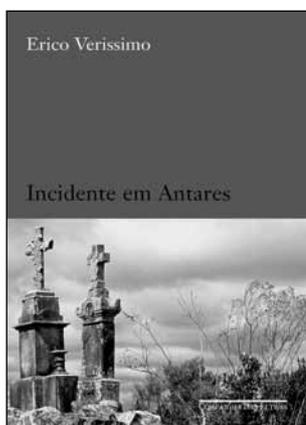


INCIDENTE EM ANTARES





O romance se estrutura em duas partes. A primeira, “Antares”, conta a história dessa cidade fictícia, do início dos tempos até o presente dos fatos. A segunda, “O incidente”, narra os acontecimentos do final de 1963 e dos anos seguintes, durante e após o golpe militar de 1964.

Antares começa como o “Povinho da Caveira”, nome dado por um viajante francês que, já naqueles tempos, ali encontra um representante da família Vacariano. Depois da Guerra dos Farrapos, por volta de 1860, aparece o primeiro Campolargo, representando a família rival na disputa pelo controle político do lugar. Os dois clãs viverão em conflito ao longo de gerações.

A cidade obtém sua emancipação após a Guerra do Paraguai. Ganham as ruas a campanha abolicionista e a propaganda republicana, em meio a lutas entre as famílias, que sempre tomam partidos opostos. Há mortes e episódios de truculência inominável.

Mas Antares muda. Surgem jornais, usina elétrica, automóveis, o futebol conquista o seu lugar. Os filhos das famílias abastadas vão estudar em Porto Alegre. Arma-se o clima para a liderança de Getúlio Vargas, que Erico Verissimo convoca para dentro da ficção: em 1925, Vargas consegue um acordo de paz entre os clãs rio-grandenses.

Uma geração de Vacarianos e de Campolargos está morrendo: aquela incapaz de entender o novo pacto protagonizado por Getúlio. Entram em cena duas grandes personagens, que, mantendo um pé na antiga herança, esticam o outro para alcançar a margem da modernidade: dona Quitéria Campolargo, mulher enérgica, conservadora mas esclarecida, e o coronel Tibério Vacariano, voluntarioso, reacionário mas afetuoso, sintetizando o melhor e o pior do tipo gauchesco, segundo a visão do próprio autor.

Pelos anos 1950 a pequena Antares cresce: recebe multinacionais, e o plantio de soja suplanta a criação de gado. A cidade acompanha a subida de Juscelino Kubitschek ao poder, a fundação de Brasília (que Tibério qualifica com um palavrão), a meteórica carreira de Jânio Quadros e a conturbada posse de João Goulart.

Por fim, chega-se ao golpe de 1964 e a suas consequências: o incidente que dá nome ao livro. No final de 1963 eclode uma greve em Antares, e os grevistas bloqueiam a entrada do cemitério para forçar a negociação. Sete cadáveres ficam insepultos. No dia 13 de dezembro, “por milagre” eles se erguem e marcham para a praça central, exigindo o direito de serem sepultados. Com seu odor pestilencial e o descompromisso com os vivos, trazem literalmente os “podres” da cidade para a luz do dia.

O levante dos mortos

Luís Augusto Fischer



Num romance profundamente engajado e atual, os mortos vêm à praça da mítica cidade de Antares para denunciar problemas que ainda persistem na sociedade brasileira.

Quem lê *Incidente em Antares* vive uma experiência maior que a de ler um romance: entra em contato com um mundo inteiro, com uma história contada do início até o presente. Desfilam diante de nossos olhos as eras geológicas, as guerras de cada época, as trajetórias de famílias, as classes sociais de uma cidade moderna, começando pelos proprietários de terras, passando pelos empresários multinacionais e pelas camadas médias com algum poder local, para chegar enfim aos pobres e aos miseráveis.

Erico Verissimo conseguiu o pequeno milagre da criação artificial de um mundo, por assim dizer, paralelo ao nosso. Era o último romance dele, numa carreira longa e bem-sucedida, pontuada por grandes acertos, entre os quais o de haver contribuído fortemente para o surgimento de um número enorme de leitores em todo o país. Lidando mais uma vez com a história do estado em que nasceu, o romancista alcançou de certa forma uma súpula de sua literatura e de suas preocupações como cidadão.

ESTUDANDO A REALIDADE

Em meio à evocação da história do Rio Grande do Sul, Erico tem a habilidade de inventar uma personagem que traz duas marcas de considerável interesse para o romance.

O professor Martim Francisco Terra dá aulas na universidade, o que lhe confere certa força social. Mas os tempos políticos são tumultuados, e saberemos que mesmo a universidade será vítima do arbítrio. Isso quer dizer que a personagem está colocada acima das ideologias, especialmente do conflito ideológico que atravessa Antares, o Rio Grande do Sul, o Brasil, o planeta. Dispondo do instrumental científico e, mais ainda, patrocinado por uma fundação liberal norte-americana, Martim Francisco será, claro, um excelente guia para o leitor interessado em entender aquela pequena cidade, uma espécie de mundo em miniatura, um microcosmo do Brasil e do Terceiro Mundo.

O leitor de hoje talvez não perceba a diferença entre a época em que o romance foi escrito e publicado (1970-71) e o período em que acontecem seus principais episódios (fim

VACARIANOS, CAMPOLARGOS E O DUALISMO RIO-GRANDENSE

Os clãs familiares dos Vacarianos e dos Campolargos, em terrenos opostos, espelham um traço característico da cultura política do Rio Grande do Sul. Talvez por sua condição de fronteira, pela ocorrência constante de guerras contra inimigos externos ou civis, a política rio-grandense foi sempre dividida em duas facções antagônicas, irredutíveis, cujo confronto não conhecia trégua nem admitia neutralidade.

As facções se notabilizavam por lideranças carismáticas. Os farroupilhas as encontraram em generais como Bento Gonçalves e Antônio de Souza Netto; os liberais, em Gaspar da Silveira Martins e no general Manuel Luís Osório, herói da Guerra do Paraguai.

O movimento republicano opôs-se à hegemonia dos liberais, reunindo inclusive os “liberais exaltados”, e promoveu o abolicionismo. A proclamação da República, em 1889, fez o poder trocar de mãos de maneira abrupta. Formaram-se novas facções, que chegaram à guerra civil em 1893.

Eram os federalistas, adeptos de maior liberdade para as províncias e de um equilíbrio entre poderes. Liderados por Gaspar Silveira Martins, passaram a usar um lenço vermelho no pescoço (em *Incidente em Antares* esse é o partido dos Vacarianos). Do outro lado estavam os republicanos, liderados por Júlio de Castilhos, defensores de um Executivo forte e esclarecido. Com o tempo passaram a se identificar pelo lenço branco (no romance, o partido dos Campolargos). Um lado atribuía ao outro nomes pejorativos que, não obstante, depois começaram a ser reivindicados com orgulho: os federalistas eram os “maragatos”, e os republicanos, os “pica-paus”, mais tarde “chimangos”, nome de um pássaro pernalta, franzino e bicudo como o pica-pau.

As lutas de maragatos e pica-paus, entre 1893 e 1895, produziram 10 mil mortos, ensanguentando o estado e marcando rivalidades políticas e familiares que perduram até a época atual. Durante a República Velha, houve um novo confronto militar, em 1923, sob a liderança de Borges de Medeiros (pica-paus) e de Joaquim Francisco de Assis Brasil (maragatos).

A dualidade se manteve mesmo depois da dissolução das facções dos maragatos e dos pica-paus. Nas eleições gaúchas de hoje é comum os diferentes partidos se aglomerarem em coligações que reproduzem esse tipo de confronto.

do ano de 1963), pois a tendência é enxergar o passado em grandes blocos. Mas *Incidente em Antares* desempenhou papel crítico não apenas contra o regime militar como também contra o autoritarismo e o conservadorismo em geral — um dos mais prestigiados romancistas brasileiros tomava posição pública contra os horrores que corriam. E esse papel foi expresso, de certa maneira, por Martim Francisco, sujeito de temperamento democrático, bons modos, empenhado em compreender os mecanismos sociais e ideológicos, avesso ao autoritarismo e também à tradicional **dualidade** da política gaúcha.

Em determinado momento (capítulo 64), o professor Terra anota numa carta que o computador usado para as estatísticas do estudo sobre Antares era norte-americano e, portanto, não podia ser considerado esquerdista — na época, computador era uma coisa solene, disponível somente na maior universidade do país, em São Paulo; estava longe o tempo dos computadores pessoais de nossos dias. E anota ainda, em passagem de autodefinição: “não sou americano nem russo nem comunista nem paranoico”. Diante das incertezas de 1971, com essa declaração ele procurava se afastar da vizinhança do Império norte-americano, mas também rejeitar uma aproximação com a União Soviética, e além disso demonstrar que repelia a visão enlouquecida consolidada pela ditadura brasileira.

POR TRÁS DA HISTÓRIA

A última cena “viva” do chefe da pesquisa antes do incidente acontece em Porto Alegre. Em 1964, ele conversa com o aluno Xisto, neto do coronel Tibério, e ambos comentam o mais recente ato institucional do governo golpista. O clima é terrível, e o professor adianta suas previsões e intenções: “Acho que vamos entrar numa era de denúncias. Será a ‘hora do dedo-duro’. Teremos uma caça às bruxas”. Por isso ele pensa em emigrar, para fugir ao fechamento político, à perseguição aos intelectuais. “Chegamos ao fim de nossa adolescência nacional. Somos o único país da América Latina com jeito e possibilidade de vir a ser mesmo uma nação de importância mundial”, diz o sábio Martim Francisco.

Erico discutia conscientemente a circunstância que vivia. Não por acaso, lapida a figura de Martim Francisco como um humanista cuja convivência com a tecnologia é tensa — ou melhor, um humanista que não gosta do fascínio exercido pela tecnologia nas mentes mais modernas — e que põe seus estudos no papel sabendo que, no fundo, é um romancista frustrado, portanto um artista em potencial. Nos capítulos 70 a 79, trechos do diário do professor Terra apresentam o prefeito, o sapateiro anarquista Barcelona, o também frustrado Menandro, o controvertido professor Libindo.

Incidente em Antares é uma obra bastante engajada nas questões de seu tempo mas não perdeu o sabor com a passagem dos anos. Vencidos os problemas imediatos legados pela ditadura, o Brasil redemocratizado, que hoje vive em regime de apreciável liberdade (embora perdurem os enormes problemas sociais), continua espelhado no romance. Em especial a partir do episódio da volta dos mortos para a cidade.

A GREVE GERAL E A VOLTA DOS MORTOS

Antares para totalmente a partir do dia 11 de dezembro de 1963. No calendário real do Brasil, esse foi um tempo preenchido por muita movimentação social e política, com greves e lances agudos de confronto. Sabemos que o desfecho ocorreu pelo lado mais conservador: o governo legítimo e legal, liderado por João Goulart, foi deposto por um golpe militar na virada de março para abril de 1964. Na verdade, os políticos e militares conservadores nunca se conformaram com a posse do vice de Jânio, em 1961, no episódio conhecido como a **luta pela Legalidade**. Daí em diante, o que se viveu foi um regime crescentemente obscurantista, que violou vários itens de qualquer manual de civilidade democrática.

O Congresso foi cerceado; os partidos, dissolvidos; editaram-se atos institucionais com poder superior ao da Constituição; políticos, sindicalistas, militares progressistas, militantes sociais e intelectuais foram cassados e mandados para a cadeia ou para o exílio. Esse período só se concluiu, a rigor, com a primeira eleição direta para presidente, em 1989, apesar de o civil José Sarney ocupar a Presidência desde 1985.

Em Antares, microcosmo brasileiro, as coisas se passaram de forma peculiar naqueles dias anteriores ao primeiro movimento do golpe. Começou uma greve realmente geral: faltou luz, os telefones deixa-

A LEGALIDADE

Em 1961, depois de uma carreira política vertiginosa na cidade e no estado de São Paulo, Jânio Quadros elegeu-se presidente da República. Foi o primeiro a ser empossado na recém-inaugurada Novacap, a Brasília de Juscelino Kubitschek. Mas, no dia 25 de agosto daquele mesmo ano, renunciou ao cargo tão vertiginosamente quanto a ele chegara — os motivos da renúncia são até hoje controversos, embora haja concordância quanto ao fato de que ele se achava por demais isolado.

O vice-presidente João Goulart, então em viagem pela China, era visto com desconfiança pelos conservadores, por ser um “filhote de Vargas”, em especial da última fase, trabalhista exaltada. Os ministros militares tentaram impedir sua posse.

Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, opôs-se ao golpe. Sentindo-se isolado na capital gaúcha, e pressionado por telefonemas irados dos golpistas, requisitou a Rádio Guaíba, de Porto Alegre, para fazer um pronunciamento. Para deter a ação, os ministros militares ordenaram o bombardeio aéreo do palácio do governo e das torres da rádio. Mas os sargentos da base aérea de Canoas e alguns oficiais legalistas não deixaram que os jatos *Gloster Meteor* levantassem voo e o ataque se consumasse. O III Exército, sediado em Porto Alegre e então o maior do país, aderiu à “defesa da legalidade”.

Aos poucos, no Rio Grande do Sul e depois em todo o território nacional, mesmo com a censura de Brasília, seiscentas rádios entraram em cadeia com a Guaíba, que se manteve firme perante a ameaça de ataque aéreo. Formou-se assim a Cadeia ou Rede da Legalidade, que durante quinze dias transmitiu notícias da resistência. Afinal, chegou-se a uma solução negociada: o Congresso aprovou uma emenda parlamentarista que diminuía os poderes da Presidência, e João Goulart pôde assumi-la sem desencadear uma guerra civil.

Como se dizia na época, os ministros tentaram dar o golpe pelo telefone mas foram impedidos pelo rádio — era um sinal da importância que os meios de comunicação de massa adquiriam na vida brasileira.

ram de funcionar, os serviços deixaram de ser executados e até mesmo os caveiros deixaram de dar destino aos corpos. Esforços foram feitos para evitar o pior: o prefeito tentou mediar reuniões entre as partes — os líderes sindicais, como Geminiano Ramos, e os empresários, sobretudo os maiores, o norte-americano Jefferson Monroe, o francês Duplessis, o chinês Ling. De nada adiantou.

O TIPO DE NARRATIVA

Sete cadáveres antarenses não puderam ser enterrados devido à greve. E, na sexta-feira 13 de dezembro de 1963 (para os supersticiosos, a data é significativa), os mortos resolvem tomar providências para ganhar o enterro que merecem. É o início prático da segunda parte do livro, que transcorre numa velocidade ainda maior que a primeira. Agora, acompanharemos em suspense o desenrolar dos fatos: por um lado, querendo saber como será o encontro dos mortos com os vivos; por outro, querendo entender como o autor conduzirá a narrativa de modo a pôr os mortos a interagir com os vivos, uma vez conhecida a marcha realista de sua literatura.

Começemos com a segunda questão. Os romances de Erico Verissimo operam invariavelmente na faixa do realismo narrativo. Isso quer dizer que eles mantêm a verossimilhança, aquela característica que nos faz ter a sensação de verdade, como se a história narrada pudesse ter acontecido exatamente do mesmo jeito no mundo real. Assim como as pessoas respiram, trabalham e namoram aqui fora, também as personagens realistas respiram, trabalham e namoram lá na ficção. Mais ainda, as histórias escritas por Erico preservam outra das marcas realistas importantes, a noção de causalidade, que na prática significa oferecer causas plausíveis para os fenômenos que aparecem. Podem ser causas sociais, políticas ou psicológicas, mas precisam ser suficientes para que o leitor tenha a sensação de que lá, no mundo inventado, as coisas são tão explicáveis quanto cá, no mundo real. Se o autor sempre trabalhou assim, como faria, então, para mostrar mortos caminhando, falando, reclamando?

É preciso lembrar que, justamente no fim dos anos 1960 e princípio dos 1970, ocorreu o chamado *boom* da literatura hispano-americana, que colocou na vitrine de todo o Ocidente autores como Gabriel García Márquez, Mario Vargas Llosa, Julio Cortázar e mesmo autores mais velhos como Juan Rulfo e Jorge Luis Borges, entre outros. Foram eles os responsáveis por uma grande renovação da literatura ao incorporar o que na época se denominou “maravilhoso”, “fantástico” e às vezes “absurdo”: personagens que de repente conseguiam voar, tempos históricos que passavam de maneira esquisita (muito lento ou muito rápido), animais que falavam. Teria Erico, então, entrado nessa onda?

Sim e não. Por um lado, pode-se dizer que ele participa da novidade, como outros escritores brasileiros. Alguns anos antes, Guimarães Rosa tinha dado ao mundo *Grande sertão: veredas* (1956), que apresenta questões aparentadas a esse “fantástico”, como a obsessão da personagem central pelo tema da existência ou não do Demônio. José Cândido de Carvalho lançara *O coronel e o lobisomem* (1964), em que forças aparentemente sobre-humanas intervêm na ação. José J. Veiga fez muito sucesso com suas macabras alegorias, como n’*A hora dos ruminantes* (1966). Em 1976, Dias Gomes escreve a telenovela *Saramandaia*, crônica de uma cidadezinha em que personagens têm poderes sobrenaturais. Erico estaria, então, em ótima companhia.

Mas há o outro lado. Talvez por sua trajetória fortemente impregnada de realismo estrito, Erico logrou, com *O incidente*, trazer o “fantástico” para dentro dos limites da narrativa realista. Como? É o que se pode ver a partir do capítulo 13 da segunda parte, quando dona Quita como que acorda e reza, estando porém morta, e depois disso os sete defuntos se põem a interagir entre si, conversando, reconhecendo-se, reconstituindo os acontecimentos para entender o que está havendo — como quem apenas tivesse dormido demais ou passado algum tempo desacordado num hospital ou coisa semelhante. Quer dizer: o leitor acompanha um relato realista daquelas ações não realistas dos mortos acordando e conversando; a única diferença entre o que está sendo lido e a vida real é o fato de que mortos não conversam, mas o leitor sabe que, se conversassem, diriam exatamente aquilo.

Além dessa ultrapassagem do realismo, do capítulo 19 em diante há uma série de pequenos detalhes que vão aplacando as eventuais desconfianças do leitor. Por exemplo: nesse capítulo, os mortos começam a olhar uns para os outros, e dona Quita diz aos demais: “Vocês estão horríveis!”. É uma observação totalmente realista, que poderia ter sido feita pelo leitor que se deparasse com aquele espetáculo. E logo os outros comentam sua podridão, o cheiro nauseante que exalam, as moscas que voam ao redor deles, as formigas que já lhes passeiam pelo corpo.

Depois, quando pessoas vivas enxergam os mortos, que se deslocam para o coreto da praça a fim de exigir um enterro digno, têm lugar várias cenas que intensificam o esforço do narrador em desarmar o espírito em dúvida do leitor. Alguns se assustam, desmaiam, sentem o cheiro, percebem que os mortos não têm sombra, um sujeito chega a tentar matá-los com tiros de fuzil, sem que os corpos sejam alvejados; é como se o próprio leitor estivesse ali, impactado pela estranha e descabida visão dos defuntos atuando como vivos. E tudo isso acontece, convém lembrar, numa distante cidadezinha em greve geral, portanto sem comunicação telefônica, sem repórteres de rádio ou televisão, que, aliás, quando chegam a Antares no dia seguinte, ouvem versões contraditórias: uns querendo apagar da lembrança todo o ocorrido, outros afirmando, como malucos, que mortos estiveram falando no coreto.

A DENÚNCIA

Erico ao mesmo tempo mantém e renova o realismo, porque incorpora ações humanas que em princípio não podem acontecer daquela forma. É uma espécie de pacto com o leitor: se este estava acostumado a ler apenas coisas perfeitamente realistas, que aceitasse dali para a frente coisas imperfeitamente realistas; o narrador prometia, com o cuidado de desativar as dúvidas, que o leitor não se decepcionaria. Em outras palavras, o narrador dava ao leitor a segurança de que, mesmo que algumas das convenções estritamente realistas fossem suspensas, o conjunto da história continuaria empenhado em desvendar a realidade.

É o que ocorre com o encontro entre os mortos e os vivos. Tanto no plano coletivo — os sete mortos encontrando a cidade, em sentido amplo — como no plano individual — cada um dos sete encontrando seus familiares e amigos —, há um espetáculo de desvendamento das verdades que a morte costuma esconder: a hipocrisia é denunciada, os interes-

AUGUSTE COMTE (1798-1857)

Matemático e filósofo, durante muito tempo o francês Auguste Comte deu aulas na Escola Politécnica de Paris. Sua doutrina, publicada em livros como *Curso de filosofia positiva* e *Sistema de política positiva*, recebeu o nome de positivismo e criou um humanismo marcado por traços religiosos.

Em voga entre os militares brasileiros, as ideias políticas do positivismo previam uma República formada por um Executivo forte, autoritário, com mentores que pudessem se sobrepor aos interesses de classe para administrá-los em função do progresso permanente da humanidade.

A forte presença de militares no Rio Grande do Sul intensificou a influência dessas ideias entre os republicanos. A Constituição republicana do estado era a única do Brasil em que os artigos sobre o Poder Executivo precediam os relativos aos demais poderes.

Baseado nos ideais positivistas, Júlio de Castilhos, que venceu militarmente os revoltosos federalistas em 1895, balizou um regime de governo que não admitia oposições nem dissidências. Tal regime duraria até 1928, quando Vargas assumiria a presidência do estado e uniria os partidos políticos, dando início a uma nova era.

ses mesquinhos são expostos, a covardia aparece de corpo inteiro. Mas ganham expressão as virtudes da solidariedade, da amizade desinteressada, da tolerância. Quer dizer: a vida mesma, a vida sempre complexa e multifacetada, essa que nós conhecemos do lado de cá, na realidade cotidiana, fica ainda mais viva com a ficção ligeiramente delirante inventada do lado de lá, no romance.

Há muitas interpretações para esses encontros e confrontos. A mais direta é aquela que pura e simplesmente opõe os mortos aos vivos, dando margem a comentários como “os verdadeiros mortos morais são os vivos”. Os mortos, nesse caso, seriam portadores da verdade nua e crua, porque já não preservam a hipocrisia dos vivos, que ainda estão dançando no que o dr. Cícero Branco chama de “baile de máscaras”, o jogo das conveniências que são obrigados a jogar. Outra leitura sugere uma aproximação entre o incidente antarense e a famosa frase positivista “Os vivos são cada vez mais governados pelos mortos”, frase que, num estado como o Rio Grande do Sul, fortemente marcado pela filosofia de **Auguste Comte**,

evoca uma dimensão importante da relação entre presente e passado, ainda mais se levarmos em conta a ditadura militar da época, que impunha o silêncio sobre torturas, sobre os desmandos (incluindo a corrupção e a subserviência aos interesses escusos de certas elites).

Do ângulo sociológico de leitura, há outra possibilidade muito rica de interpretação. O ponto de partida, nesse caso, deve considerar não os mortos em sua totalidade, mas cada um deles em sua condição social. A de classe mais alta é dona Quitéria, representando a velha elite proprietária de terras, elegante e arrogante, que se mantém no poder ao longo do tempo por meio de arranjos ilícitos. Abaixo dela está o dr. Cícero Branco (que não tem nada da pureza simbólica da cor branca), o executivo das elites da terra, aquele que operava os esquemas de corrupção, símbolo, portanto, da burguesia que tapa o nariz para a podridão moral da classe de cima, para “se dar bem” na vida e ser reconhecida pelos “superiores”.

Imediatamente depois vêm os setores médios da sociedade, na figura do anarquista Barcelona, um artesão especializado, indômito, sempre a favor de desmascarar a hipocrisia de qualquer origem, mas ao mesmo tempo um solitário; e na figura do pobre Menandro, professor de música e artista frustrado, oprimido pela família e por seus próprios fantasmas.

Segue-se o mundo dos trabalhadores modernos, representado pelo militante sindical João Paz, operário da indústria justo, solidário, verdadeiro, simbolizando no conjunto os injustiçados econômicos e políticos. No fim da escala comparecem dois párias, o bêbado Pudim de Cachaça e a prostituta Erotildes, pessoas simples, sem expectativa nenhuma quando vivas, que, no entanto, mostram-se solidárias com os amigos e familiares que continuavam do lado de cá da morte e da vida.

É possível ler nesse pequeno “corte transversal da sociedade” — desde os primeiros romances Erico disse que fazer tal diagnóstico era seu objetivo — muito da interpretação do autor a respeito do Brasil. Um dos momentos graves do relato está no capítulo 20 da segunda parte, quando os mortos caminham num cortejo em direção à cidade. A descrição não deixa dúvidas: a ordem entre eles é exatamente a que foi mencionada acima. Já no capítulo 45, quando todas as pessoas importantes de Antares se encontram na praça e os mortos estão no coreto e começam a falar, ao meio-dia em ponto daquela sexta-feira 13, a ordem será um pouco diferente: quem toma a palavra inicialmente é Cícero Branco, antes de dona Quita. Mas isso também é representativo, porque, sendo Cícero o advogado das elites do lugar, a ele foi delegado o poder de falar em nome delas. Suas denúncias adquirem, nesse contexto, um peso insuportável para gente como o coronel Tibério, cuja vida é exposta diante de todos. Depois de Cícero, manifestam-se Quitéria Campolargo, Barcelona e Erotildes, mas quem conduz o espetáculo é mesmo o advogado, que fala em nome de João Paz e mostra o resultado das torturas que ele sofreu nas mãos da polícia.

Então o romance adquire o ritmo e o interesse dos filmes de julgamento, tão conhecidos do público de toda parte e largamente produzidos nos Estados Unidos, onde, cabe lembrar, Erico morou alguns anos, tendo trazido dessa vivência marcas profundas de respeito pelas instituições democráticas. Por isso, é de perguntar: quem está sendo julgado nas vibrantes cenas que se seguem? Serão os mortos, que afinal esperam pela justiça do enterro digno? Ou serão os vivos, que escondem aspectos de sua atuação, interesses inconfessáveis, mazelas? Ou serão *alguns* dos vivos, justamente aqueles que estão no poder — econômico, político, social, policial, intelectual —, quer dizer, aqueles vivos que oprimem e exploram os fracos, aqueles que se apropriam do dinheiro público, que torturam os militantes políticos, que trapaceiam para levar vantagem?

O livro proporciona assim uma excelente viagem do leitor ao mundo concreto brasileiro (e terceiro-mundista). Manejando um microcosmo localizado nos confins sulinos do Brasil e valendo-se de uma estratégia narrativa que alia o tradicional realismo a recursos não realistas, Erico Verissimo une o caráter histórico (especialmente na primeira parte do romance) ao aspecto engajado no debate contemporâneo (na discussão sobre totalitarismo, censura, tortura) e, ainda, ao ritmo da narrativa de julgamento, tudo isso escrito numa linguagem de fluência extraordinária.

Leituras sugeridas

1. *Quarup* (1967) e *Reflexos do baile* (1976), de Antonio Callado. Nesses romances o autor avalia os efeitos da ditadura militar de 1964 sobre a vida nacional. No primeiro, também percorre um painel histórico, mais restrito ao século xx, sobre a sociedade brasileira. No segundo, analisa os anos da guerrilha e a derrota diante do regime militar, algo inspirado no famoso Baile da Ilha Fiscal, o último do Império brasileiro, às vésperas da proclamação da República.
2. *Pedro Páramo* (1955), de Juan Rulfo. Numa visão fantástica e memorialística da terra mexicana, todo um período histórico é evocado pelo fio de uma consciência.
3. *Eles não usam black-tie* (1958), de Gianfrancesco Guarnieri. Através de um conflito familiar,

essa peça de teatro aborda as contradições e os impasses da classe operária brasileira nos anos 1950, diante de uma greve problemática.

4. *Morte e vida severina* (1954), de João Cabral de Melo Neto. Esse poema, depois musicado por Chico Buarque, conta a história de um retirante nordestino que vai para o Recife, fugindo dos desmandos da região rural.
5. *O que é isso, companheiro?* (1979), de Fernando Gabeira. Um depoimento veemente, apaixonado e crítico sobre os tempos da ditadura militar brasileira, escrito por um ex-guerrilheiro que participou do sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, em 1969.
6. *O reino deste mundo* (1949), de Alejo Carpentier. Um extraordinário romance histórico cubano em que realidade, memória, mito e fantasia se confundem, contando a trágica história do Haiti.

Atividades sugeridas

1. Ao longo do romance, o leitor encontra várias passagens que tratam do funcionamento do jornal da cidade. Como Antares é uma cidade pequena, todo mundo se conhece, o que basta para limitar a tarefa da imprensa; por outro lado, o jornal precisa de dinheiro para funcionar, e aí se estabelece o segundo grande limite para a atuação da imprensa, que não pode contrariar os interesses dos patrocinadores e anunciantes. E há também a atuação da imprensa da capital, que, por chegar depois da hora, só alcança os testemunhos, os quais, por sua vez, tentam desviar a atenção dos acontecimentos.

Por aqui se pode encaminhar uma proveitosa atividade: estudar os mecanismos de funcionamento da imprensa. De início, podem-se acompanhar sistematicamente as notícias da mídia sobre um tema escolhido pela classe. Suponhamos que esteja havendo uma denúncia de corrupção na cidade, no estado ou no país; os alunos podem se dividir em grupos para acompanhá-la (um grupo lê o jornal A, outro o jornal B, outro ouve a rádio X, outro assiste à tv Y, e assim por diante) durante uma semana, por exemplo. Os grupos organizam relatórios, e a classe confronta as versões dos fatos, os aspectos que cada fonte enfatizou ou escondeu. A mesma estratégia pode servir para temas mais permanentes, como a poluição, o desmatamento da Amazônia, a segurança no trânsito, a violência urbana, o desemprego.

Os alunos podem visitar um órgão de imprensa, uma emissora de rádio ou de televisão, para aprender como funcionam; podem também entrevistar jornalistas: como se produz a notícia? como se escreve um texto? como se lida com as limitações de tempo e conveniência?

2. Erico oferece vários pontos de vista para narrar a volta dos mortos e o rebuliço que isso causa. Toda a cidade se mobiliza, dos mais poderosos aos mais humildes — os mortos pertencem a diferentes classes sociais, e por isso compreendem os fatos de maneira particular, como é o caso também dos estrangeiros, que, pela origem diferente, percebem as coisas conforme a própria cultura.

Pode-se propor aos alunos que simulem um julgamento em torno do livro, com advogados de defesa e de acusação, júri, juiz, testemunhas e tudo o mais. O direito de dar enterro digno aos mortos é maior ou menor que o direito de greve? Pela relação entre Cícero Branco e

Tibério Vacariano, pode-se entender como funciona a relação entre advogados e clientes? É válido mentir em nome da manutenção dos direitos? É válido mentir desde que a mentira não seja descoberta? A esposa de Pudim de Cachaça merece ser condenada ou pode ser liberada, já que até o marido a perdoou?

A atividade pode ser desdobrada para que os alunos pensem a respeito da diferença entre as leis escritas e as leis não escritas, isto é, entre as leis formais e aquelas que são seguidas porque fazem parte do costume, da cultura. Uma leitura de grande proveito é a de *Antígona*, de Sófocles, texto clássico que versa exatamente sobre o dilema de seguir a lei do poder ou a da tradição. Antígona luta pelo direito de enterrar o corpo do irmão, Polinices, mas isso está proibido pelo governante, Creonte, que considera o morto um inimigo do Estado.

Os alunos podem ainda assistir a um julgamento, num tribunal, se for possível, ou em filmes, para servir de contraponto ao livro (*O julgamento de Nuremberg*, por exemplo, que trata do julgamento dos nazistas em 1945-46, depois do fim da Segunda Guerra). Em todos os casos, os alunos podem ser solicitados a relatar por escrito o que viram, tomando posição sobre o mérito do julgamento feito e sustentando seu ponto de vista com argumentos que possam ser defendidos publicamente.

3. Uma atividade muito interessante pode ser a pesquisa da origem e do significado de determinadas palavras do romance, como *Farrapos, farroupilhas, maragatos, republicanos, federalistas, castilhistas, pica-paus*. Além disso, podem-se levantar e discutir os nomes das correntes políticas, das torcidas organizadas, dos clubes carnavalescos, existentes na cidade ou no estado dos alunos: por que a torcida organizada de tal clube adotou esse nome? E assim por diante.

Outra opção é investigar o significado que se depreende dos nomes das personagens (Libindo, João Paz, Venússia, padre Gerônimo, Cícero Branco, Quitéria, Xisto, por exemplo) e relacioná-los com a maneira de elas procederem. Qual a ligação entre os nomes Vacariano e Campolargo e o comportamento dos clãs? Essa atividade pode terminar com a criação, pelos alunos, de um conto ou de uma peça de teatro; eles devem dar nomes às personagens e em seguida justificar sua escolha.

4. Qual é a relação do comportamento dos antarenses diante da pesquisa do professor Terra e do “incidente” com a história da sua região e do seu estado? Por que agem como agem e não de outra maneira? Como isso se traduz em seus gestos? Uma discussão dessa natureza pode desembocar em duas atividades:
 - a) criar uma cidade, como Erico, um estado, um país. Criar uma história, uma geografia, uma economia, uma cultura, uma língua, uma moeda, um governo para esse país (Erico fez isso no romance *O senhor embaixador*). Depois imaginar uma história, um acontecimento, e reportá-los na forma de conto, crônica, cartas de personagens etc.
 - b) recriar, numa pintura, numa escultura, no computador etc., diferentes cenas e momentos de *Incidente em Antares*. Erico desenhou a planta central da cidade, reproduzida na edição da Companhia das Letras. E o resto da cidade? E as personagens? Como seria o “Povinho da Caveira” no começo do século XIX? E durante a Guerra do Paraguai? E na década de 1950? E hoje em dia, como seria Antares?

5. Por fim, imaginemos que o professor Terra, tendo voltado do exílio e se reintegrado na universidade, retorne a Antares muitos anos depois e escreva cartas a Xisto Vacariano, que vive no exterior. O que contaria ele? Que lembranças descortinaria, afinal, dos insólitos acontecimentos de 13 de dezembro de 1963?